

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	6
Demonstrações do resultado individuais e consolidados	7
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados	9
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino n.º1400, Conjunto Térreo ao 801.
Bairro Chácara Santo Antônio
CEP 04719-911- São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a



Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
Caixa e equivalentes de caixa	8	29.575	37.200	192.630	141.484	Fornecedores	15	1.845	9.010	12.412	11.755
Contas a receber	9	19.428	19.594	56.412	46.453	Obrigações fiscais		20	6	1.475	1.274
Impostos a recuperar		625	15	1.101	524	Imposto de renda e contribuição social a recolher	23	13	-	3.342	2.773
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		664	416	2.579	1.830	Financiamentos	16	-	-	28.508	28.407
Adiantamento a fornecedores		106	369	3.254	3.220	Debêntures	16	-	-	15.934	14.949
Despesas antecipadas		-	-	2.988	2.728	Provisão de ressarcimento	17	-	-	27.408	23.531
Dividendos a receber	24	28.952	22.504	-	-	Dividendos a pagar	24	38.179	15.372	38.179	15.372
Total do ativo circulante		79.350	80.098	258.964	196.239	Passivo de arrendamento	12	-	-	83	97
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	-	33.602	30.531	Outras contas a pagar	15	52	21.799	18.725	38.838
Investimentos em controladas	11	657.864	627.313	-	-	Total do passivo circulante		40.109	46.187	146.066	136.996
Direito de uso	12	-	-	12.949	13.511	Financiamentos	16	-	-	542.136	567.964
Imobilizado	13	-	619	1.253.478	1.304.302	Debêntures	16	-	-	191.486	197.543
Intangível	14	-	-	74.391	79.394	Provisão para desmobilização	18	-	-	49.435	51.762
Total do ativo não circulante		657.864	627.932	1.374.420	1.427.738	Passivo de arrendamento	12	-	-	7.156	7.869
						Total do passivo não circulante		-	-	790.213	825.138
						Patrimônio líquido	19				
						Capital social		606.870	606.870	606.870	606.870
						Reserva de capital		3.251	3.251	3.251	3.251
						Reserva de lucros		86.984	51.722	86.984	51.722
						Total do patrimônio líquido		697.105	661.843	697.105	661.843
Total do ativo		737.214	708.030	1.633.384	1.623.977	Total do passivo e patrimônio líquido		737.214	708.030	1.633.384	1.623.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.

Demonstrações de resultados individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	20	-	-	302.899	265.255
Custos de operação	21	-	-	(108.547)	(99.486)
Lucro bruto		-	-	194.352	165.769
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	21	(6.153)	(9.122)	(11.761)	(11.878)
Outras receitas /(despesas) operacionais		(611)	-	719	(1.224)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(6.764)	(9.122)	183.310	152.667
Receitas financeiras		4.052	760	19.897	12.752
Despesas financeiras		(5)	(1.359)	(73.616)	(87.970)
Resultado financeiro líquido	22	4.047	(599)	(53.719)	(75.218)
Resultado de equivalência patrimonial	11	117.340	74.445	-	-
Resultado antes dos impostos		114.623	64.724	129.591	77.449
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(672)	-	(15.640)	(12.725)
Lucro líquido do exercício		113.951	64.724	113.951	64.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	113.951	64.724	113.951	64.724
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	113.951	64.724	113.951	64.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucro / (Prejuízo) acumulados	Total
		Capital subscrito	Capital a integralizar		Reserva legal	Reserva retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		671.015	(6.145)	3.251	2.370	-	-	670.491
Redução de capital	19.a	(58.000)	-	-	-	-	-	(58.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	64.724	64.724
Reserva legal	19.b	-	-	-	3.236	-	(3.236)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	19.d	-	-	-	-	-	(15.372)	(15.372)
Destinação para reserva de retenção de lucros	19.e	-	-	-	-	46.116	(46.116)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		613.015	(6.145)	3.251	5.606	46.116	-	661.843
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	113.951	113.951
Reserva legal	19.b	-	-	-	5.698	-	(5.698)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	19.d	-	-	-	-	-	(27.063)	(27.063)
Pagamento de dividendos intermediários	19.d	-	-	-	-	(46.116)	(5.510)	(51.626)
Destinação para reserva de retenção de lucros	19.e	-	-	-	-	75.680	(75.680)	-
Saldos em 30 de junho de 2023		613.015	(6.145)	3.251	11.304	75.680	-	697.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixas individuais e consolidado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	114.623	64.724	129.591	77.449
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	13	-	216	51.540
Depreciação do ativo de direito de uso	12	-	-	285
Amortização do custo de desmobilização	12	-	-	267
Amortização de intangível	14	5.003	4.998	5.003
Baixa de ativo imobilizado	13	619	-	1.777
Juros sobre financiamentos	16.I	-	-	40.221
Juros e correção monetária sobre debêntures	16.II	-	-	19.180
Juros sobre passivo de arrendamento	12	-	-	632
Atualização de custo para desmobilização	12, 13 e 18	-	-	(8.845)
Outras receitas – <i>constrained off</i>	20	-	-	(30.655)
Juros sobre mútuos financeiros com partes relacionadas	24	-	1.234	-
Atualização monetária da provisão para desmobilização	18	-	-	3.457
Bônus de adimplência	16.I	-	-	(2.209)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(117.340)	(74.445)	-
Provisão (reversão) de ressarcimento	17	-	-	42.278
		2.905	(3.273)	252.522
				211.024
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber		166	(7.857)	(9.959)
Impostos a recuperar		(610)	(15)	(577)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(248)	(123)	(749)
Adiantamento a fornecedores		263	(209)	(213)
Despesas antecipadas		-	-	(260)
Outras contas a receber		-	2	-
				2.083
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores		(7.165)	(13.388)	836
Obrigações fiscais		14	(110)	201
Pagamento de ressarcimento	17	-	-	(7.746)
Outras contas a pagar		29	(61.348)	1.662
				(46.980)
Caixa (aplicados nas) / gerado pelas atividades operacionais		(4.646)	(86.321)	235.717
				124.020
Pagamento de juros de financiamentos	16.I	-	-	(39.442)
Pagamento de juros sobre debêntures	16.II	-	-	(9.391)
Pagamento de juros de passivo de arrendamentos	12	-	-	(669)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(659)	-	(15.071)
				(12.638)
Caixa líquido (aplicado nas) / gerado pelas atividades operacionais		(5.305)	(86.321)	171.144
				49.456
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Redução de capital nas investidas	11	38.351	40.388	-
Dividendos recebidos	11	36.987	83.514	-
Aquisição de ativo imobilizado	13	-	-	(16)
				(1.385)
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividades de investimento		75.338	123.902	(16)
				(1.385)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	(3.071)
Pagamento de principal de financiamentos	16.I	-	-	(24.297)
Pagamento de principal de debêntures	16.II	-	-	(14.860)
Captação de financiamentos	16.I	-	-	-
Pagamento de principal de arrendamento	12	-	-	(96)
Pagamento de principal de mútuos com partes relacionadas	24	-	(19.724)	-
Pagamento de dividendos	24	(55.882)	-	(55.882)
Redução de capital	19	(21.776)	(36.224)	(21.776)
				(36.224)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(77.658)	(55.948)	(119.982)
				(67.202)
(Redução) líquida / aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(7.625)	(18.367)	51.146
				(19.131)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	37.200	55.567	141.484
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	29.575	37.200	192.630
		(7.625)	(18.367)	51.146
				(19.131)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

O Controlador da GIP Helios II S.A, comunicou aos seus acionistas e ao mercado que no dia 30 de outubro de 2023, que celebrou com a Engie Brasil Energia Complementares Participações Ltda. (“EBECP”) um Contrato de Compra e Venda de Ações da Companhia.

O fechamento da operação regulada pelo Contrato está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes e à aprovação das autoridades reguladoras, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). Em 07 de novembro de 2023 o CADE aprovou a operação, a Companhia espera concluir assim que as demais outras condições precedentes forem atendidas, considerando que se tais condições não forem cumpridas, a transação poderá eventualmente não se materializar.

1.1 Constrained-off

Desde 2020, o desempenho das usinas solares do Grupo é impactado pela limitação relativa ao volume de energia a ser gerada a qual foi imposta pelo operador brasileiro do sistema (ONS). Estas usinas sofreram um impacto significativo na geração de energia, devido ao aumento da frequência e duração da limitação de potência imposta pelo operador. Esse aumento foi potencializado pelo início do período de alta geração eólica na região Nordeste, pela pequena capacidade das linhas de transmissão que interligam os submercados, pela menor demanda de carga do sistema e pelos maiores níveis de água nos reservatórios das hidrelétricas. Em 2023, mediante as publicações da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) de abatimentos e recebimentos dos valores pertinentes ao *constrained -off*, o Grupo reconheceu o montante de R\$ 30.655, cujo impactos contábeis podem ser verificados nas explicativas nº 9, 17 e 20.

1.2 Autorizações para exploração

As controladas atuam no ambiente de contratação regulado e participaram de leilões para Contratação de Energia promovidos pela ANEEL e como vencedoras receberam a autorização para explorar o potencial de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica pelo período de 35 anos.

Para os empreendimentos que participaram dos Leilões de Energia de Reserva (“LER”), que incluem São Pedro, Juazeiro e Sol do Futuro, os contratos de fornecimento de energia são firmados exclusivamente com a CCEE pelo prazo de 20 anos, consumindo 100% da garantia física das usinas. Somente após este período, as controladas poderão negociar a energia gerada em outros ambientes de comercialização. Ao final do prazo de autorização as controladas poderão solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possuem direito a receber qualquer indenização relativa aos ativos de geração.

Para o projeto de Barreiras, embora também atue no ambiente de contratação regulado, sua participação foi no 25º Leilão de Energia Nova (“LEN”), cujos contratos são firmados com as concessionárias de distribuição de energia, com prazo de 20 anos de vigência, consumindo 91% de sua garantia física, o saldo remanescente da garantia física fica à disposição das controladas para comercialização no mercado livre.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada:

<i>Usina</i>	<i>Leilão de:</i>	<i>Período da autorização</i>	<i>Potência (MW médio)</i>	<i>Garantia Física (Médio)</i>	<i>Período suprimento</i>	<i>Preço / MWh</i>	<i>Ambiente Contratação</i>	<i>Estado</i>	<i>Índice de reajuste</i>	<i>Início da operação comercial</i>
São Pedro II	ago/15	02/03/2016 a 02/03/2051	27,00	8,0	01/08/2017 a 31/07/2037	R\$ 468,66	ACR - 07º LER	BA	IPCA	08/11/2018
São Pedro IV	ago/15	22/03/2016 a 22/03/2051	27,00	8,0	01/08/2017 a 31/07/2037	R\$ 468,66	ACR - 07º LER	BA	IPCA	08/11/2018
Sol do Futuro I	set/15	02/06/2016 a 02/06/2051	27,00	5,4	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 446,72	ACR - 08º LER	CE	IPCA	02/03/2019
Sol do Futuro II	set/15	02/06/2016 a 02/06/2051	27,00	5,4	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 448,23	ACR - 08º LER	CE	IPCA	02/03/2019
Sol do Futuro III	set/15	08/06/2016 a 08/06/2051	27,00	5,4	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 455,02	ACR - 08º LER	CE	IPCA	02/03/2019
Juazeiro I	set/15	01/06/2016 a 01/06/2051	30,00	8,7	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 454,31	ACR - 08º LER	BA	IPCA	12/12/2018
Juazeiro II	set/15	01/06/2016 a 01/06/2051	30,00	8,7	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 454,31	ACR - 08º LER	BA	IPCA	18/12/2018
Juazeiro III	set/15	01/06/2016 a 01/06/2051	30,00	8,7	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 454,31	ACR - 08º LER	BA	IPCA	13/12/2018
Juazeiro IV	set/15	01/06/2016 a 01/06/2051	30,00	8,7	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 454,31	ACR - 08º LER	BA	IPCA	19/12/2018
Solar Barreira I	abr/17	04/07/2018 a 04/07/2053	23,66	7,5	01/01/2021 a 31/12/2040	R\$ 188,96	ACR - 25º LEN	BA	IPCA	01/12/2019
Solar Barreira II	abr/17	04/07/2018 a 04/07/2053	23,66	7,5	01/01/2021 a 31/12/2040	R\$ 188,96	ACR - 25º LEN	BA	IPCA	01/12/2019
Solar Barreira III	abr/17	04/07/2018 a 04/07/2053	23,66	7,5	01/01/2021 a 31/12/2040	R\$ 193,05	ACR - 25º LEN	BA	IPCA	01/12/2019
Solar Barreira IV	abr/17	04/07/2018 a 04/07/2053	23,66	7,5	01/01/2021 a 31/12/2040	R\$ 193,05	ACR - 25º LEN	BA	IPCA	01/12/2019

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

Controladas	País	Participação acionária			
		2023		2022	
Atlas Juazeiro Holding Ltda.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Solar Barreiras II Energia SPE Ltda.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Solar Barreiras III Energia SPE Ltda.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Solar Barreiras IV Energia SPE Ltda.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda..	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de fevereiro de 2023.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item material reconhecido nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras que são mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real, e essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Direito de uso e arrendamentos - Nota explicativa nº 12 Estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente;

- **Análise de redução ao valor recuperável da planta fotovoltaica – Nota explicativa nº 13:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da Planta fotovoltaica;

Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 13: Refere-se aos ativos de geração para os quais a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitada ao período de autorização.

Intangível - Nota explicativa nº 14: Principais premissas em relação aos valores recuperáveis e sua respectiva vida útil;

Reconhecimento da provisão de ressarcimento – Nota explicativa nº 17: a provisão de ressarcimento é reconhecida quando a geração da planta for inferior ao montante contratado pela CCEE, conforme relatório de geração de cada planta de geração;

Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – Nota explicativa nº 18: Refere-se às principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno arrendado nas mesmas condições iniciais do contrato; e

Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 25: Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

i. Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

ii. Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iii. Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

iv. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda

estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato;
- e
- o cumprimento das obrigações de desempenho contratual seja em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Contrato de energia de reserva: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

(ii) Mercado de curto prazo: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber quando a energia é produzida. A comercialização é realizada no âmbito da CCEE contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

e. Provisão de ressarcimento

O Grupo detém contratos de venda de energia de reserva com a CCEE, o qual prevê a entrega de uma quantidade específica de energia ao longo do prazo do contrato. A cada 12 meses a

CCEE realiza o levantamento de geração dos últimos 12 meses e compara com o montante de energia contratada para o mesmo período, caso o Grupo tenha gerado energia abaixo do volume previsto no contrato, essa diferença no volume de energia a menor, será valorizada levando-se em consideração o PLD (preço de liquidação de diferenças) vigente e será pago para a CCEE em 12 parcelas subsequentes a este levantamento.

Tendo em vista este processo, o Grupo realiza o acompanhamento mensal da geração da planta versus a quantidade prevista no mês, com base no histórico de geração fornecido pela equipe comercial, e quando a geração ocorre abaixo da prevista no contrato, é reconhecida uma provisão de ressarcimento a pagar, em caso de geração acima da prevista no contrato, reconhecemos um contas a receber.

f. Imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Regime de tributação pelo Lucro Presumido – Demais controladas

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada pela administração do Grupo, no qual de ativos operacionais fluirá em benefícios econômicos, conforme quadro abaixo:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	30 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamento de informática e telecomunicação	5 anos

A taxa de depreciação do item Planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta.

A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Ativos intangíveis

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões, software e servidão.

Direitos de exploração dos contratos comerciais

Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica de Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica de intangível.

(i) Reconhecimento e Mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Softwares	5 anos
Contrato de venda de energia	20 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado);

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros VJR a Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros custo amortizado a Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- Aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

O Grupo mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos

financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem às terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 8,75% a.a.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

m. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo

ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas será efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, ao qual a Companhia não espera impactos significativos.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS

1)

As alterações emitidas em 2020 visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, o Grupo não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

O Grupo monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS

1)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

c) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

O Grupo não participa de acordo de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas.

d) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16)
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depósitos bancários (a)	41	30	17.720	16.961
Aplicações financeiras curto prazo (b)	29.534	37.170	174.910	124.523
Caixa e equivalentes de caixa	29.575	37.200	192.630	141.484

- a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI de 0,75% ao ano em 31 de dezembro de 2023 (1% em 31 de dezembro de 2022), sendo que a taxa de remuneração do CDI foi em média 100,75% em 31 de dezembro de 2023 (101% em 31 de dezembro de 2022), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Contas a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contas a receber de clientes – Receita CER (a)	-	-	2.500	21.985
Contas a receber de clientes – Receita ACR (b)	-	-	42.542	9.754
Contas a receber de clientes – Receita CER (Excedente) (c)	-	-	915	9.800
Contas a receber de partes relacionadas (d)	19.428	19.594	10.455	4.914
	19.428	19.594	56.412	46.453

- a) Referem-se ao registro do contrato de energia de reserva (CER) firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- b) Referem-se ao excedente de energia gerada do contrato de energia de reserva (CER) firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), referente ao ano de apuração agosto de 2022 a julho de 2023. Do montante total apresentado, R\$ 30.655 referente ao *constrained-off* conforme nota explicativa nº 1.1.

- c) Referem-se ao excedente de energia gerada no período de apuração contratual referente à energia de reserva (CER) firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
- d) Conforme nota explicativa nº 24.

O Grupo entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante a título de provisão para crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos da CCEE. Adicionalmente, não são esperadas perdas e não há títulos vencidos.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	2023	2022
Aplicações financeiras vinculadas	33.602	30.531
Total	33.602	30.531

Os valores em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são relativos ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Conforme contratos, antes de cada desembolso a Companhia possui a obrigação de depositar em caução 2,5% do valor a ser liberado. Os valores são mantidos como Aplicações financeiras vinculadas e estarão disponíveis para utilização a longo prazo, conforme realização dos pagamentos.

11 Investimento em controladas

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Mais valia	31/12/2023
<i>Investimentos em controladas</i>					
Central Fotovoltaica São Pedro II SPE Ltda.	100%	24.221	10.810	3.086	27.307
Central Fotovoltaica São Pedro IV SPE Ltda.	100%	30.048	14.978	3.291	33.339
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	100%	48.900	6.983	19.499	68.399
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	100%	48.494	10.354	19.476	67.970
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	100%	48.455	10.371	19.476	67.931
Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.	100%	27.611	-2.578	1.256	28.867
Solar Barreiras II Energia SPE Ltda.	100%	33.806	513	1.256	35.062
Solar Barreiras III Energia SPE Ltda.	100%	35.816	867	1.256	37.072
Solar Barreiras IV Energia SPE Ltda.	100%	37.577	1017	1.256	38.833
Atlas Juazeiro Holding Ltda.	100%	248.545	64.025	4.539	253.084
Total dos investimentos		583.473	117.340	74.391	657.864

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2023 e 2022*

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Mais valia	31/12/2022
<i>Investimentos em controladas</i>					
Central Fotovoltaica São Pedro II SPE Ltda.	100%	17.686	5.537	3.293	20.979
Central Fotovoltaica São Pedro IV SPE Ltda.	100%	34.463	8.192	3.512	37.975
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	100%	47.633	7.468	20.810	68.443
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	100%	48.718	9.735	20.786	69.504
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	100%	47.312	9.790	20.786	68.098
Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.	100%	30.189	(4.189)	1.340	31.529
Solar Barreiras II Energia SPE Ltda.	100%	33.293	(1.342)	1.340	34.633
Solar Barreiras III Energia SPE Ltda.	100%	34.949	(1.387)	1.340	36.289
Solar Barreiras IV Energia SPE Ltda.	100%	36.560	(804)	1.340	37.900
Atlas Juazeiro Holding Ltda.	100%	217.116	41.445	4.847	221.963
Total dos investimentos		547.919	74.445	79.394	627.313

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras, é como segue:

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2022

	31/12/2021	Equivalência patrimonial	Amortização de contrato de compra e venda de energia	Dividendos	Aumento (redução) de investimentos	31/12/2022	Equivalência patrimonial	Amortização de contrato de compra e venda de energia	Dividendos	Aumento (redução) de investimentos	31/12/2023
Central Fotovoltaica São Pedro II	15.452	5.537	(207)	(570)	766	20.978	10.810	(208)	(4.276)	-	27.304
Central Fotovoltaica São Pedro IV	31.221	8.192	(217)	(1.946)	732	37.982	14.978	(221)	(9.394)	(10.000)	33.345
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I	73.862	7.468	(1.311)	(10.334)	(1.240)	68.445	6.983	(1.310)	(3.715)	(2.000)	68.403
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II	78.024	9.735	(1.310)	(13.659)	(3.282)	69.508	10.354	(1.310)	(5.574)	(5.000)	67.978
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III	77.586	9.790	(1.310)	(15.059)	(2.908)	68.099	10.371	(1.310)	(4.227)	(5.000)	67.933
Solar Barreiras I Energia SPE	35.799	(4.188)	(84)	-	-	31.527	-2.578	(84)	-	-	28.865
Solar Barreiras II Energia SPE	36.057	(1.341)	(84)	-	-	34.632	513	(85)	-	-	35.060
Solar Barreiras III Energia SPE	37.761	(1.387)	(84)	-	-	36.290	867	(85)	-	-	37.072
Solar Barreiras IV Energia SPE	38.791	(805)	(84)	-	-	37.902	1017	(84)	-	-	38.835
Atlas Juazeiro Holding Ltda.	275.424	41.445	(307)	(60.162)	(34.450)	221.950	64.025	(306)	(16.249)	(16.351)	253.069
Total	699.977	74.446	(4.998)	(101.730)	(40.382)	627.313	117.340	(5.003)	(43.435)	(38.351)	657.864

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022*

A seguir resumo das controladas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

31/12/2023	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (Prejuízo) do exercício
Central Fotovoltaica São Pedro II SPE Ltda.	144.426	120.206	24.220	30.743	10.810
Central Fotovoltaica São Pedro IV SPE Ltda.	135.245	105.196	30.049	31.213	14.978
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	102.379	53.479	48.900	20.353	6.983
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	102.077	53.583	48.494	20.430	10.354
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	102.206	53.751	48.455	20.757	10.371
Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.	93.877	66.266	27.611	12.495	-2.578
Solar Barreiras II Energia SPE Ltda.	91.835	58.029	33.806	13.305	513
Solar Barreiras III Energia SPE Ltda.	93.050	57.234	35.816	13.907	867
Solar Barreiras IV Energia SPE Ltda.	93.980	56.403	37.577	13.806	1.017
Atlas Juazeiro Holding Ltda.	572.724	324.180	248.544	125.890	64.025
	1.531.799	948.327	583.472	302.899	117.340

31/12/2022	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (Prejuízo) do exercício
Central Fotovoltaica São Pedro II SPE Ltda.	140.330	122.644	17.686	27.113	5.537
Central Fotovoltaica São Pedro IV SPE Ltda.	142.586	108.123	34.463	26.398	8.192
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	103.194	55.561	47.633	20.977	7.468
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	103.370	54.652	48.718	20.970	9.735
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	103.422	56.110	47.312	21.229	9.790
Solar Barreiras I Energia SPE Ltda.	92.732	62.543	30.189	9.605	(4.188)
Solar Barreiras II Energia SPE Ltda.	92.240	58.947	33.293	9.782	(1.341)
Solar Barreiras III Energia SPE Ltda.	93.294	58.345	34.949	10.393	(1.387)
Solar Barreiras IV Energia SPE Ltda.	93.977	57.417	36.560	10.214	(805)
Atlas Juazeiro Holding Ltda.	544.943	327.827	217.116	108.573	41.445
	1.510.088	969.169	547.919	265.254	74.446

Durante o exercício de 2023 a Companhia recebeu a título de dividendos pagos de suas controladas o valor de R\$ 36.987 (R\$ 83.514 em 2022).

12 Direito de uso e arrendamento

O Grupo atua como arrendatário em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Consolidado			Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Atualização (i)	Amortizações	
Ativo de direito de uso				
Ativo de direito de uso	7.143	(594)	(285)	6.264
Custo de desmobilização (a)	6.368	584	(267)	6.685
Total do ativo	13.511	(10)	(552)	12.949

	Consolidado		Valor líquido em 31/12/2022
	Valor líquido em 31/12/2021	Amortizações	
Ativo de direito de uso			
Ativo de direito de uso	7.428	(285)	7.143
Custo de desmobilização (a)	6.611	(243)	6.368
Total do ativo	14.039	(528)	13.511

(a) Conforme nota explicativa nº 18.

Empresas/Companhias	Taxa de arrendamento em %	Prazo de arrendamento (anos)	Prazo residual de arrendamento (anos)
Central Fotovoltaica Sol Do Futuro I S.A	9,89%	29	24
Central Fotovoltaica Sol Do Futuro II S.A	9,89%	29	24
Central Fotovoltaica Sol Do Futuro III S.A	9,89%	29	24

Composição dos saldos do passivo de arrendamentos:

	Consolidado	
	2023	2022
Passivo de arrendamento	7.239	7.966
Total	7.239	7.966
Circulante	83	97
Não circulante	7.156	7.869

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada abaixo:

Passivo de arrendamento	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Atualizações (i)	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento	7.966	(594)	(96)	(669)	632	7.239
Total do passivo	7.966	(594)	(96)	(669)	632	7.239

Passivo de arrendamento	Consolidado				Valor líquido em 31/12/2022
	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	
Passivo de arrendamento	8.057	(91)	(675)	675	7.966
Total do passivo	8.057	(91)	(675)	675	7.966

(i) Refere-se à atualização dos saldos de arrendamento mediante reavaliação do acervo arrendado.

13 Imobilizado

a. Conciliação do valor contábil consolidado

Custo de aquisição:	31/12/2021	Adições	Baixa	31/12/2022	Adições	Baixa	Atualizações (b)	31/12/2023
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	1.429.489	-	(163)	1.429.326	-	(1.493)	-	1.427.833
Benfeitorias em imóveis de terceiros	402	-	-	402	-	(216)	-	186
Moveis e utensílios	157	-	-	157	-	(68)	-	89
Imobilizado em andamento	18.332	1.385	-	19.717	16	-	-	19.733
Custo de desmobilização (a)	35.359	-	-	35.359	-	-	-	35.359
Total	1.483.739	1.385	(163)	1.484.961	16	(1.777)	-	1.483.200
Depreciação acumulada	31/12/2021	Adições	Baixa	31/12/2022	Adições	Baixa	Atualizações (b)	31/12/2023
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	(129.106)	(47.477)	-	(176.583)	(50.267)	-	-	(226.850)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(128)	(50)	-	(178)	(8)	-	-	(186)
Moveis e utensílios	(65)	(17)	-	(82)	(7)	-	-	(89)
Custo de desmantelamento (a)	(2.614)	(1.202)	-	(3.816)	(1.258)	-	2.477	(2.597)
Total	(131.913)	(48.746)	-	(180.659)	(51.540)	-	-	(229.722)
Total do imobilizado	1.351.826	(47.361)	(163)	1.304.302	(51.524)	(1.777)	2.477	1.253.478

- a) Conforme nota explicativa nº 18.
b) Refere-se a atualização dos saldos de arrendamento mediante reavaliação do acervo arrendado.

A Companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2023 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado. Desta forma, não realizou o teste de *impairment*.

Os ativos detidos pelo Grupo compõem as garantias da operação com os empréstimos, financiamentos e debêntures conforme descrito na nota explicativa nº16.

14 Ativos intangíveis

Custo de aquisição:	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Contrato de venda de energia	100.036	-	100.036	-	100.036
Software	147	-	147	-	147
Total	100.183	-	100.183	-	100.183
Amortização acumulada	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Contrato de venda de energia	(15.644)	(4.998)	(20.642)	(5.003)	(25.645)
Software	(147)	-	(147)	-	(147)
Total	(15.791)	(4.998)	(20.789)	(5.003)	(25.792)
Total do imobilizado	84.392	(4.998)	79.394	(5.003)	74.391

Contrato de venda de energia

Quando da aquisição das controladas inerentes aos projetos de Barreiras, Juazeiro, São Pedro e Sol do Futuro, a Companhia reconheceu junto com sua participação o montante de R\$100.036, que representa o montante excedente pago pela Companhia, no momento da aquisição das referidas controladas e referem-se ao valor justo dos contratos de venda de energia que essas controladas possuíam no momento da aquisição.

Projeto	SPE	Início do PPA	Prazo do PPA (Mês)	Término do PPA	Valor Ativo Intangível	Amortização acumulada em 31/12/2023	Mais valia líquida em 31/12/2023
PPA Manoel de Andrade	JUA I	01/11/2018	240	30/10/2038	1.334	(343)	991
PPA Manoel de Andrade	JUA II	01/11/2018	240	30/10/2038	1.592	(409)	1.183
PPA Manoel de Andrade	JUA III	01/11/2018	240	30/10/2038	1.592	(409)	1.183
PPA Manoel de Andrade	JUA IV	01/11/2018	240	30/10/2038	1.592	(409)	1.183
PPA São Pedro	SP II	01/08/2017	240	31/07/2037	4.149	(1.064)	3.085
PPA São Pedro	SP IV	01/08/2017	240	31/07/2037	4.419	(1.128)	3.291
PPA Sol do Futuro	SDF I	01/11/2018	240	30/10/2038	26.222	(6.723)	19.499
PPA Sol do Futuro	SDF II	01/11/2018	240	30/10/2038	26.192	(6.716)	19.476
PPA Sol do Futuro	SDF III	01/11/2018	240	30/10/2038	26.192	(6.716)	19.476
PPA Barreiras	SB I	01/01/2021	240	31/12/2040	1.688	(432)	1.256
PPA Barreiras	SB II	01/01/2021	240	31/12/2040	1.688	(432)	1.256
PPA Barreiras	SB III	01/01/2021	240	31/12/2040	1.688	(432)	1.256
PPA Barreiras	SB IV	01/01/2021	240	31/12/2040	1.688	(432)	1.256
					100.036	(25.645)	74.391

Projeto	SPE	Início do PPA	Prazo do PPA (Mês)	Término do PPA	Valor Ativo Intangível	Amortização acumulada em 31/12/2022	Mais valia líquida em 31/12/2022
PPA Manoel de Andrade	JUA I	01/11/2018	240	30/10/2038	1.334	(276)	1.058
PPA Manoel de Andrade	JUA II	01/11/2018	240	30/10/2038	1.592	(329)	1.263
PPA Manoel de Andrade	JUA III	01/11/2018	240	30/10/2038	1.592	(329)	1.263
PPA Manoel de Andrade	JUA IV	01/11/2018	240	30/10/2038	1.592	(329)	1.263
PPA São Pedro	SP II	01/08/2017	240	31/07/2037	4.149	(856)	3.293
PPA São Pedro	SP IV	01/08/2017	240	31/07/2037	4.419	(907)	3.512
PPA Sol do Futuro	SDF I	01/11/2018	240	30/10/2038	26.222	(5.412)	20.810
PPA Sol do Futuro	SDF II	01/11/2018	240	30/10/2038	26.192	(5.406)	20.786
PPA Sol do Futuro	SDF III	01/11/2018	240	30/10/2038	26.192	(5.406)	20.786
PPA Barreiras	SB I	01/01/2021	240	31/12/2040	1.688	(348)	1.340
PPA Barreiras	SB II	01/01/2021	240	31/12/2040	1.688	(348)	1.340
PPA Barreiras	SB III	01/01/2021	240	31/12/2040	1.688	(348)	1.340
PPA Barreiras	SB IV	01/01/2021	240	31/12/2040	1.688	(348)	1.340
					100.036	(20.642)	79.394

15 Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contratação de serviços	28	22	10.595	6.823
Fornecedor partes relacionadas (a)	1.817	8.988	1.817	4.932
Total de fornecedores	1.845	9.010	12.412	11.755
Outras contas a pagar (b)	52	21.799	18.725	38.838
Total de outras contas a pagar	52	21.799	18.725	38.838
Total de fornecedores e outras contas a pagar	1.897	30.809	31.137	50.593

(a) Partes relacionadas

Refere-se a saldo a pagar de conta corrente junto a controladas do grupo, conforme nota explicativa nº 24.

(b) Outras provisões - consolidado

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram liquidados os saldos remanescentes de redução de capital social no valor de R\$ 21.776, conforme detalhado na nota explicativa 19.

Os principais valores que compõem os saldos de outras contas a pagar referem-se a despesa com encargos com O&M (*Operation and Maintenance*) de R\$ 18.340 e provisão de auditoria no valor de R\$ 385.

16 Financiamentos e debêntures

I – Financiamentos

	Consolidado	
	2023	2022
Financiamentos bancários com garantia		
Saldo inicial	596.371	617.119
Financiamentos tomados (principal)	-	8.755
Pagamento de financiamentos	(24.297)	(22.370)
Juros incorridos no exercício (i)	40.221	45.485
Juros pagos (i)	(39.442)	(51.599)
Bônus de adimplência	(2.209)	(1.019)
Saldo final	570.644	596.371
Passivo circulante	28.508	28.407
Passivo não circulante	542.136	567.964

(i) O IPCA, taxa dos juros pós fixados dos financiamentos, foi de 4,46% em 31 de dezembro de 2023 (5,62% em 31 de dezembro de 2022).

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Os financiamentos celebrados em 2017 e em 2018 com o banco BNB são exclusivamente para a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas. O prazo de financiamento é de 20 anos, com carência de 2 anos para o principal e pagamento trimestral de juros. Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

Vencimento em:	Consolidado	
	2023	2022
2024	-	43.690
2025	41.703	43.690
2026	41.703	43.690
2027	41.703	43.690
2028	41.703	43.690
2029 até 2037	375.324	349.514
	542.136	567.964

O Grupo possui um bônus de adimplência de 15% sobre juros caso realize os pagamentos conforme os vencimentos, sem atrasos. Os empréstimos bancários do Grupo estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

A Administração do Grupo faz o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas no contrato de financiamento.

b. Garantias prestadas

As controladas pertencentes aos Complexos Barreira, Juazeiro e Sol do Futuro celebraram em 2017 e em 2018 contratos de abertura de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), tendo como fiadores o Banco BTG Pactual, o Banco ABC Brasil e o Banco Bradesco. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do BNB, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelas controladas acima.

A título de contra garantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas foram garantidas pelas seguintes garantias: (i) garantia fidejussória prestada pela Companhia; (ii) alienação fiduciária de quotas das controladas, de titularidade da Companhia e da Atlas Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia Ltda.; (iii) alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade das controladas; (iv) cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos dos Projetos de titularidade das controladas e das contas relacionadas ao Projeto.

II – Debêntures

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Debêntures com garantia		
Saldo inicial	212.492	214.163
Pagamento de debêntures (principal)	(14.860)	(13.944)
Correção monetária incorridas no período	9.869	12.313
Juros incorridos no período (i)	9.311	9.612
Juros pagos (i)	(9.391)	(9.652)
Saldo em final	207.421	212.492
Passivo circulante	15.934	14.949
Passivo não circulante	191.486	197.543

- (i) O IPCA, taxa dos juros pós fixados das debêntures, foi de 4,46% em 31 de dezembro de 2023 (5,62% em 31 de dezembro de 2022).

Em dezembro de 2019 as controladas Central Fotovoltaica São Pedro II S.A. e Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A. registraram a emissão de 206.796 de Debêntures (111.278 de São Pedro II e 95.518 de São Pedro IV) ao Valor Nominal Unitário (VNU) de R\$ 1.000, totalizando o volume de emissão de R\$ 206.796, não conversíveis em instrumentos patrimoniais, com prazo de vencimento de 15 anos e um mês contados da data de emissão. Em 31 de dezembro de 2022, o Valor Nominal Unitário (VNU) atualizado é de R\$ 1,028 para São Pedro II (R\$ 1,036 em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 1,027 para São Pedro IV (R\$ R\$ 1,035 em 31 de dezembro de 2021), totalizando o montante da debêntures de R\$ 212.492 (R\$ 214.163 em 31 de dezembro de 2021).

As Debêntures foram emitidas e escrituradas pelo Banco Citibank S.A.

O Valor Nominal Unitário (VNU) das Debêntures será amortizado integralmente em 30 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela paga em junho de 2020 e sua última parcela em janeiro de 2035. A remuneração será calculada de acordo com os percentuais descritos no cronograma abaixo:

Parcela	Data de amortização	% do Saldo do VNU Atualizado a ser amortizado	Parcela	Data de amortização	% do Saldo do VNU Atualizado a ser amortizado	Parcela	Data de amortização	% do Saldo do VNU Atualizado a ser amortizado
1	15 de junho de 2020	2,75%	11	15 de junho de 2025	4,14%	21	15 de junho de 2030	9,14%
2	15 de dezembro de 2020	2,83%	12	15 de dezembro de 2025	4,32%	22	15 de dezembro de 2030	10,06%
3	15 de junho de 2021	2,87%	13	15 de junho de 2026	4,69%	23	15 de junho de 2031	11,65%
4	15 de dezembro de 2021	2,95%	14	15 de dezembro de 2026	4,92%	24	15 de dezembro de 2031	13,18%
5	15 de junho de 2022	3,10%	15	15 de junho de 2027	5,39%	25	15 de junho de 2032	15,84%
6	15 de dezembro de 2022	3,19%	16	15 de dezembro de 2027	5,69%	26	15 de dezembro de 2032	18,82%
7	15 de junho de 2023	3,37%	17	15 de junho de 2028	6,28%	27	15 de junho de 2033	24,25%
8	15 de dezembro de 2023	3,49%	18	15 de dezembro de 2028	6,70%	28	15 de dezembro de 2033	32,01%
9	15 de junho de 2024	3,70%	19	15 de junho de 2029	7,47%	29	15 de junho de 2034	50,00%
10	15 de dezembro de 2024	3,84%	20	15 de dezembro de 2029	8,07%	30	06 de janeiro de 2035	100,00%

O VNU é atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado de forma *pro rata temporis*, com base em 252 dias úteis.

Sobre a VNU atualizada incidirão juros remuneratórios, correspondentes a 4,40% a.a.

a. Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures serão garantidas por:

- Cessão Fiduciária de Créditos;
- Alienação Fiduciária da Companhia; e
- Alienação Fiduciária de equipamentos.

O instrumento de emissão estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) quantitativas e qualitativas que o eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado das Debêntures. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso das Debêntures emitidas pelas controladas São Pedro II e São Pedro IV, um dos *covenants* pactuados é a manutenção do índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), obtido através da divisão do EBITDA (refere-se ao resultado antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) pelo Serviços da Dívida (refere-se ao montante de amortizações de juros das dívidas detidas pelo Grupo). O resultado deve se manter igual ou superior a 1,20 e deve ser apurado pelas controladas anualmente com base em suas demonstrações financeiras auditadas da São Pedro II e São Pedro IV.

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) qualitativas e quantitativas referentes ao contrato de empréstimos e financiamentos são acompanhadas pela Administração da Companhia e suas controladas

17 Provisão de ressarcimento

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	23.531	27.110
Provisão de ressarcimento – contratual	42.278	9.001
Abatimento - <i>constrained-off</i> (*)	(30.655)	-
Pagamento de ressarcimento a clientes	(7.746)	(12.580)
Total de provisão de ressarcimento e cessão a pagar	27.408	23.531

(*) Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, desde 2020, o desempenho das usinas solares do Grupo é impactado pela limitação relativa ao volume de energia a ser gerada a qual foi imposta pelo operador brasileiro do sistema (ONS), *constrained-off*.

Conforme previsto nos PPAs firmados no Leilão de Energia de Reserva (LER) e Leilão de Energia Nova (LEN), o Grupo realiza o acompanhamento da curva de geração mensal versus a curva mensal prevista em contrato, e reconhece provisões de custos de ressarcimento em caso de geração energética inferior à quantidade mensal contratada, e receita adicional em caso oposto. Ao final de cada ano do contrato (12 meses) é realizada a apuração das provisões, resultando em um valor a receber adicional ou um custo a pagar. Os valores serão atualizados mensalmente e ao final de 12 meses serão apurados e caso a Companhia permaneça com a geração abaixo do volume contrato, irá reconhecer um ressarcimento a pagar.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo procedeu com pagamento de R\$ 7.746 de ressarcimento junto a clientes (R\$ 12.580 no exercício de 2022). Com o término do ano contratual que ocorrerá em julho de 2024 a Companhia apurou provisão de cessão a pagar no valor de R\$ 42.278 (R\$ 9.001 em 31 de dezembro de 2022) no qual será liquidado em 12 meses e possui provisão em aberto em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 27.408 (R\$ 23.531 em 31 de dezembro de 2022).

Com o início do contrato de fornecimento às concessionárias referente às empresas do complexo de Barreiras em janeiro de 2021, de acordo com o 25º Leilão de Energia Nova (LEN), a Companhia realiza o acompanhamento da curva de geração mensal versus a curva mensal prevista em contrato, e reconhece provisões de custos em caso de geração energética inferior à quantidade mensal contratada, e receita adicional em caso oposto. Ao final de cada ano do contrato (12 meses) é realizada a apuração das provisões, resultando em um valor a receber adicional ou um custo a pagar.

A redução da provisão de ressarcimento em 2022 se deve basicamente a dois fatores; o primeiro sendo uma geração maior de 131.362 MW se comparado a 2021 que foi de 122.182 para as controladas diretas Central Fotovoltaica São Pedro II S.A. e Central Fotovoltaica São Pedro IV S.A.; o segundo, justifica-se ao elevado número de obras de transmissão que foram construídas entre 2021 e 2022 aumentando a capacidade de transferência de energia. Estas obras diminuiriam drasticamente a possibilidade de limitação de potências, particularmente da Usina Sertão Solar Barreiras, que abrange as controladas Solar Barreiras I Energia SPE Ltda, Solar Barreiras II Energia SPE Ltda, Solar Barreiras III Energia SPE Ltda e Solar Barreiras IV Energia SPE Ltda.

18 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, o Grupo tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

Em 01 de janeiro de 2019, a Companhia realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$29.497. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 6,24%.

Mediante mudança do cenário nacional, a Administração apurou um aumento dos custos dos serviços necessários para a desmobilização e o avanço das taxas de juros no mercado nacional.

Desta forma em 31 de dezembro de 2021 a Administração atualizou o estudo de desmobilização do ativo, e passou a reconhecer um acréscimo à provisão no montante de R\$13.086.

Este montante foi mensurado mediante a subtração do saldo remanescente da provisão, menos a projeção dos custos necessários para desmobilização do ativo até 31 de dezembro de 2035 e descontado a valor presente pela taxa de desconto entre 7,72 e 7,74%.

Este acréscimo foi reconhecido em contrapartida ao custo de desmobilização no Imobilizado e Ativo de direito de uso, conforme nota explicativa nº 12 e 13, respectivamente, assim como o valor originalmente reconhecido.

O valor correspondente à desmobilização é amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro 2023 é de R\$ 49.935 (R\$51.762 em 31 de dezembro de 2022).

Tendo em vista que somente alguns contratos de arrendamento se enquadraram aos requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o custo para desmobilização foi acrescido ao ativo de direito de uso e ao imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

Planta	Prazo de amortização	Imobilizado					
		Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Atualização	Saldo em 31/12/2023
Juazeiro I	12/2048	4.292	(159)	4.133	(167)	333	4.299
Juazeiro II	12/2048	4.293	(159)	4.134	(167)	333	4.300
Juazeiro III	12/2048	4.293	(159)	4.134	(166)	333	4.301
Juazeiro IV	12/2048	4.293	(159)	4.134	(166)	333	4.301
Sol do Futuro I (a)	03/2049	2.204	(81)	2.123	(89)	194	2.228
Sol do Futuro II (a)	03/2049	2.204	(81)	2.123	(89)	194	2.228
Sol do Futuro III (a)	03/2049	2.204	(81)	2.123	(89)	194	2.228
São Pedro II	11/2048	3.115	(117)	2.998	(122)	261	3.137
São Pedro IV	11/2048	3.114	(117)	2.997	(122)	262	3.137
Barreiras I	11/2049	2.336	(83)	2.253	(87)	156	2.322
Barreiras II	11/2049	2.336	(83)	2.253	(87)	156	2.322
Barreiras III	11/2049	2.336	(83)	2.253	(87)	156	2.322
Barreiras IV	11/2049	2.336	(83)	2.253	(87)	156	2.322
Total:		39.356	(1.445)	37.911	(1.525)	3.061	39.447

- (a) O valor dos ativos referente às empresas Sol do Futuro foi reconhecido como ativo de direito de uso conforme nota explicativa nº 12.

A provisão para desmobilização apresentou a seguinte movimentação ao longo de 2023 e 2022:

	2023	2022
Saldo inicial	51.762	48.689
Atualização de desmobilização (a)	(5.784)	-
Atualização monetária da provisão para desmobilização	3.457	3.073
Saldo final	49.435	51.762

- (a) Refere-se a atualização do saldo do acervo de desmobilização.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 613.015 (R\$ 613.015 em 31 de dezembro de 2022), representado por 1.467.556.177 ações ordinárias (1.607.364.083 em 31 de dezembro de 2021), nominativas e sem valor nominal parcialmente integralizadas pelo acionista GIP Helios II S.A., detentor de 100% das ações.

Não ocorreram alterações no capital social no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve redução de capital de R\$ 58.000, sendo R\$ 36.224 realizado via transferência bancária e R\$ 21.776 a serem pagos durante o exercício de 2023, conforme demonstrado na nota explicativa nº 28.

b. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou o lucro de R\$114.041 (R\$64.724 em 31 de dezembro de 2022). Mediante a este fato ocorrido a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 5.702 (R\$ 3.236 em 31 de dezembro de 2022).

c. Reserva de capital

Ao longo do exercício de 2020 o Grupo recebeu ativos líquidos provenientes de cisões. Os saldos recebidos referem-se ao intervalo entre a data do laudo que foi 30 de abril de 2020 e a data da efetiva transferência desses ativos que foi em 01 de agosto de 2020, incorrendo em variações nos saldos dos ativos líquidos das companhias cindidas. Desta forma o Grupo reconheceu como transações de capital o montante de R\$ 3.251. Não foram reconhecidos valores pertinentes a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

d. Dividendos

(i) Dividendos intermediários:

Conforme previsto no Artigo 204 da Lei 6.404/76 e deliberado no Estatuto Social da Companhia no Capítulo VI, a Administração designou em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 46.116 à título de Dividendos Intermediários, inerentes ao saldo remanescente de Reserva de retenção de lucros constituídos em 2022, conforme último Balanço Patrimonial.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve destinação de dividendos intermediários.

Em 31 de dezembro de 2023 Companhia realizou o pagamento de R\$ 40.510 (R\$0 em 2022) de dividendos intermediários pertencentes a Reserva retenção de lucros de 2022 que era de R\$ 46.116.

(ii) Dividendos mínimos obrigatórios:

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos

obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatório o montante de R\$ 27.085 (R\$ 15.372 em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrativo abaixo:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	<u>114.041</u>	<u>64.724</u>
Reserva legal - 5%	(5.702)	3.236
Base de cálculo - Dividendos mínimos	<u>108.339</u>	<u>61.488</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	27.085	15.372

Em 31 de dezembro de 2023 a empresa procedeu com o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 15.372 referentes a 2022 (R\$ 0,00 em 31 de dezembro de 2022).

e. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

Após a destinação para reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia constituiu em reserva de retenção de lucros o montante de R\$ 75.744 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 46.116 em 31 de dezembro de 2022). O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 75.744 e R\$46.116 em 31 de dezembro de 2022.

20 Receita operacional líquida

Fluxos de receitas e desagregação da receita de contrato com clientes

O Grupo gera receita apenas pela venda de energia elétrica produzida pelas usinas fotovoltaicas. Os contratos podem gerar dois fluxos de receita, a Receita Fixa e Receita Variável. Na tabela a seguir está apresentada a composição analítica da receita de contratos com clientes apresentadas na demonstração do resultado do exercício, que é condizente com as receitas brutas para fins fiscais:

	Consolidado	
	2023	2022
Receita contrato de energia de reserva (CER)	283.519	233.794
Receita contrato de leilão de energia nova (LEN)	-	41.423
Outras receitas – <i>constrained off</i> (*)	30.655	-
Receita no mercado de curto prazo (MCP)	191	86
Receita contrato ambiente de contratação regulada (ACL)	<u>4</u>	<u>-</u>
Receita bruta total	314.369	275.303
Impostos sobre venda	<u>(11.470)</u>	<u>(10.048)</u>
Total da receita operacional líquida	<u>302.899</u>	<u>265.255</u>

(*) Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, desde 2020, o desempenho das usinas solares do Grupo é impactado pela limitação relativa ao volume de energia a ser gerada a qual foi imposta pelo operador brasileiro do sistema (ONS), *constrained-off*, deste modo a Companhia reconheceu em 2023 o valor de R\$ 30.655 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

O Grupo gerou no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o total de 764,3 GWh (795,5 GWh em 31 de dezembro de 2022).

21 Custo de operação e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos do serviço de energia elétrica				
Depreciação e amortização (a)	-	-	(52.092)	(49.274)
Atualização do custo da desmobilização (c)	-	-	8.845	-
Operação e manutenção	-	-	(23.413)	(21.038)
Custos compartilhados (d)	-	-	(4.582)	-
Encargo de uso de rede de energia elétrica (e)	-	-	(24.769)	(16.811)
Correção monetária da provisão de desmobilização	-	-	(3.457)	(3.073)
Compromissos sociais e ambientais	-	-	(1.830)	(2.813)
Custos de locação de terras (b)	-	-	(2.721)	(3.643)
Seguros	-	-	(3.697)	(2.876)
Outros custos	-	-	(831)	42
Total	-	-	(108.547)	(99.486)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas gerais e administrativas				
Amortização do intangível	(5.003)	(4.998)	(5.003)	(4.998)
Despesas com pessoal	-	(27)	-	(25)
Contabilidade e auditoria	(196)	(122)	(1.312)	(1.710)
Serviços tomados	(68)	(196)	(24)	(300)
Assessoria e advogados	(27)	(2.405)	(4.051)	(2.930)
Internet e comunicação	(2)	-	(562)	-
Despesas com aluguel e condomínio	(5)	(1)	(5)	(1)
Depreciação e amortização	89	(150)	145	-
Propaganda e publicidade	-	(144)	(3)	(151)
Licenças, despesas regulatórias e taxas	(587)	(259)	(720)	(643)
Despesas consumo do escritório	(30)	(115)	(30)	(746)
Despesas com viagens	(5)	(289)	(189)	(288)
Compartilhamento de despesas (d)	(312)	(298)	-	-
Outros	(7)	(118)	(7)	(86)
Total	(6.153)	(9.122)	(11.761)	(11.878)

- (a) Refere-se a depreciação e amortização do custo de desmobilização e ativo de direito de uso.
- (b) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos

- (c) Refere-se a atualização do estudo do custo de desmobilização dos parques em operação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12, 13 e 18.
- (d) Refere-se a compartilhamento de despesas entre partes relacionadas conforme nota explicativa nº 24
- (e) O aumento de R\$ 625 em comparação a 2022 e 2023 refere-se à atualização de preço e cobrança de custo de transmissão.

22 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4.052	760	19.631	12.752
Variação cambial ativa (c)	-	-	266	-
	4.052	760	19.897	12.752
Despesa financeira				
Despesas bancárias e carta fiança	(5)	(124)	(15.195)	(20.710)
Despesas de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (a)	-	-	(59.401)	(67.410)
Despesas de juros – partes relacionadas (d)	-	(1.234)	-	-
Bônus de adimplência (b)	-	-	2.209	1.019
Juros sobre arrendamento	-	-	(632)	(675)
Variação cambial passiva (c)	-	(1)	(597)	(194)
	(5)	(1.359)	(73.616)	(87.970)
Resultado financeiro, líquido	4.047	(599)	(53.719)	(75.218)

- (a) Conforme nota explicativa nº 16
- (b) Refere-se à redução dos juros conforme nota explicativa nº16, aqui demonstrado positivo para melhor apresentação.
- (c) As variações cambiais são provenientes de fornecedores estrangeiros, conforme nota explicativa nº 25. As variações cambiais positivas são registradas como receita e as negativas como despesas.
- (d) O detalhamento encontra-se na nota explicativa número 24.

23 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022 o montante remanescente a pagar de Imposto de Renda e Contribuição Social do Grupo é de R\$3.653 (R\$2.773 em 31 de dezembro de 2022). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

i. Controladora

	Controladora	
	2023	2022
(Prejuízo) Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	114.713	64.724
Adições:		
Provisões não dedutíveis temporariamente	52	3
Contrato de venda de energia – nota 14	5.003	4.998
Não dedutíveis permanentes	717	-
Exclusões:		
Resultado de equivalência patrimonial	(117.427)	(74.445)
Provisões não dedutíveis temporariamente	(25)	
Exclusões permanentes	(109)	
Base de cálculo antes da compensação de prejuízos fiscais	2.924	(4.720)
Compensação de prejuízos fiscais	(877)	-
Base de cálculo	2.047	(4.720)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(672)	-
Alíquota efetiva	0,6%	-

O saldo de prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 55.387 (R\$56.264 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia não constitui impostos diferidos ativos dado que por ser uma Holding e seu lucro ser basicamente resultado de equivalência, que é um resultado não tributável. A Companhia não apresenta expectativa de lucros tributáveis.

ii. Controladas

	Consolidado	
	2023	2022
Receita bruta (a) (*)	314.368	275.303
Presunção do imposto de renda - 8% (b)	25.149	22.024
Presunção da contribuição social - 12% (c)	37.724	33.036
Demais receitas (d)	15.616	12.557
Base de cálculo do IRPJ - (b) + (d)	40.765	34.581
Imposto de renda a alíquota de 15%	(6.115)	(5.187)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(4.053)	(3.435)
Total imposto de renda	(10.167)	(8.622)
Base de cálculo da CSLL - (c) + (d)	53.340	45.593

Total contribuição social a alíquota de 9%	(4.801)	(4.103)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(14.968)	(12.725)
Alíquota efetiva (**)	5%	4%

(*) O montante apresentado como receita bruta é composto pela receita bruta adicionado aos efeitos de ressarcimento, conforme apresentado na nota explicativa nº 20.

(**) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e demais receitas (d).

A tributação aplicada no consolidado refere-se ao regime optado pelas investidas, de lucro presumido, portanto, tendo sua despesa de imposto de renda e contribuição social calculados sobre suas receitas operacionais e financeiras. Os saldos são representados pelo valor reconhecido pela controladora no montante de R\$672 e o valor do imposto de renda e contribuição social incidente nas controladas no montante de R\$ 15.279, totalizando o valor consolidado de R\$ 15.951.

24 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta é o GIP Helios II S.A. e o controlador final é o GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para 2023 e 2022 não foram fixadas remunerações.

c. Operações com partes relacionadas

Controladora

	Contas a receber		Contas a Pagar	
	2023	2022	2023	2022
<i>(i) Partes relacionadas – Nacional</i>				
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda	-	-	1.817	-
Central Fotovoltaica São Pedro II SPE Ltda.	-	7	-	-
Central Fotovoltaica São Pedro IV SPE Ltda. (b)	-	4	-	-
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	-	8	-	26
Solar Barreiras I Energia SPE LTDA	6.492	4.681	-	-
Solar Barreiras II Energia SPE LTDA	546	1.098	-	-
Solar Barreiras III Energia SPE LTDA	546	796	-	-
Solar Barreiras IV Energia SPE LTDA	-	-	-	250
Atlas Juazeiro Holding LTDA	11.317	12.996	-	3.780
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	527	3	-	15
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	1	-	4.917
Total	19.428	19.594	1.817	8.988

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023 e 2022

	Contas a receber		Contas a Pagar	
	2023	2022	2023	2022
(iii) Dividendos				
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I	1.658	1.553	-	-
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II	2.459	1.202	-	-
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III	2.463	2.481	-	-
Central Fotovoltaica São Pedro II	2.567	570	-	-
Central Fotovoltaica São Pedro IV	3.557	1.945	-	-
Atlas Juazeiro Holding LTDA	16.248	14.753	-	-
GIP Helios II S.A.	-	-	38.105	15.372
	28.952	22.504	38.105	15.372

	Receita		Despesa	
	2023	2022	2023	2022
(iv) Resultado				
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda	-	-	(237)	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	(75)	(298)
	-	-	(312)	(298)

	Receita		Despesa	
	2023	2022	2023	2022
(iv) Resultado financeiro				
Atlas Juazeiro Holding LTDA (a)	-	-	-	(1.234)
	-	-	-	(1.234)

(a) Mútuo concedido pela Atlas Juazeiro Holding S.A. com juros de 100% da SELIC o qual foi integralmente liquidado ao longo de 2022.

Consolidado

	Contas a receber		Contas a pagar	
	2023	2022	2023	2022
(i) Partes relacionadas – Nacional				
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda	-	-	1.817	-
Atlas Juazeiro Comercializadora De Energia Ltda.	3.628	-	-	-
Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda.	473	-	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	528	3	-	15
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	1	-	4.917
Total	4.629	4	1.817	4.932

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023 e 2022

	Contas a receber		Contas a pagar	
	2023	2022	2023	2022
<i>(ii) Partes relacionadas – Internacional</i>				
Javiera SpA	-	153	-	-
Parque Solar Fotovoltaico Sol Del Desierto SPA	-	199	-	-
Quilaplún Transmisión S.A.	343	171	-	-
Atlas Energia SpA	2.369	758	-	-
Vega Solar 6 Sapi de C.V	299	193	-	-
Colidim S.A.	-	1.422	-	-
Joliparek	-	420	-	-
La Pimienta Solar S DE R.L. DE C.V	2.815	1.594	-	-
Total	5.826	4.910	-	-
Operação Intercompany (i+ii)	10.455	4.914	1.817	4.932
Contas a pagar				
<i>(iii) Dividendos</i>				
GIP Helio II S.A.	38.105	15.372		
	38.105	15.372		
Receita				
<i>(iv) Resultado</i>				
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda	-		(3.425)	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	(1.157)	(5.633)
	-	-	(4.582)	(5.633)

- (i) Refere-se aos montantes de contas a pagar e receber entre partes relacionadas As controladas possuem contratos de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora. O critério de rateio se dá com base na capacidade instalada para cada Controlada em face do total. Os principais gastos compartilhados são:
- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
 - Despesas legais e advocatícias e seguros.
- (ii) Refere-se aos montantes entre pares relacionadas do exterior a serem liquidadas em 2023.
- (iii) Dividendos a receber das controladas e dividendos a pagar aos controladores.
- (iv) Refere-se aos saldos reconhecidos ao resultado de partes relacionadas atrelados a recuperação de compartilhamento de custos e despesas

25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

	Nota	2023- Valor contábil (controladora)		2022- Valor contábil (controladora)	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	29.534	41	37.170	30
Contas a receber	9	-	19.428	-	19.594
Total		29.534	19.469	37.170	19.624

Passivos					
Fornecedores	15	-	1.845	-	9.010
Outras contas a pagar	15	-	52	-	21.799
Total		-	1.897	-	30.809

	Nota	2023 - Valor contábil (consolidado)		2022 - Valor contábil (consolidado)	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	174.910	17.720	124.523	16.961
Contas a receber	9	-	56.412	-	46.453
Aplicações financeiras vinculadas	10	33.602	-	30.531	-
Total		208.512	74.132	155.054	63.414

Passivos					
Fornecedores	15	-	12.412	-	11.755
Financiamentos e debêntures	16	-	778.064	-	808.863
Passivo de arrendamento	12	-	7.239	-	7.966
Outras contas a pagar	15	-	18.725	-	38.838
Total		-	816.440	-	867.422

	Nível hierárquico do valor justo	2023 - Valor justo e valor contábil (controladora)		2022 - Valor justo e valor contábil (controladora)	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	29.575	29.575	37.200	37.200
Contas a receber	Nível 2	19.428	19.428	19.594	19.594
Total		49.003	49.003	56.794	56.794
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	1.845	1.845	9.010	9.010
Outras contas a pagar	Nível 2	52	52	21.799	21.799
Total		1.897	1.897	30.809	30.809

	Nível hierárquico do valor justo	2023 – Valor justo e valor contábil (consolidado)		2022 – Valor justo e valor contábil (consolidado)	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	192.630	192.630	141.484	141.484
Contas a receber	Nível 2	56.412	56.412	46.453	46.453
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	33.602	33.602	30.531	30.531
Total		282.644	282.644	218.468	218.468
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	12.412	12.412	11.755	11.755
Financiamentos e debêntures	Nível 2	778.064	778.064	808.863	808.863
Passivo de arrendamento	Nível 2	7.239	7.239	7.966	7.966
Outras contas a pagar	Nível 2	18.725	18.725	38.838	38.838
Total		816.440	816.440	867.422	867.422

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

<u>Tipo</u>	<u>Técnica de avaliação</u>	<u>Inputs significativos não observáveis</u>
Títulos de dívida corporativos	Comparativo de mercado/fluxos de caixa descontados: O valor justo é estimado considerando (i) preços cotados atuais ou recentes para títulos idênticos em mercados que não estão ativos e (ii) o valor presente líquido calculado usando taxas de descontos derivadas de retornos correntes cotados de títulos negociados em mercados ativos com prazo de vencimento e classificação de créditos similares, ajustados por um fator de liquidez.	Aplicável
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando as taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas	Não aplicável
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não Aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros do Grupo.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Consolidado	
	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	192.630	141.484
Aplicações financeiras vinculadas	33.602	30.531
Contas a receber	56.412	46.453
Total das transações no resultado	282.644	218.468

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

Contas a receber

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria no qual o cliente opera.

O Grupo estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo avaliou que não foi necessário o reconhecimento de uma provisão para redução ao valor recuperável.

O Grupo não exige garantias com relação a contas a receber de clientes. O Grupo não tem contas a receber de clientes para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

Aplicações financeiras

O Grupo limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido.

A exposição máxima ao risco de crédito das aplicações financeiras classificadas como custo amortizado com vencimento de curto prazo foi de R\$ 208.512 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 155.054 em 31 de dezembro de 2022).

Garantias

A política do Grupo é fornecer garantias financeiras somente para obrigações das suas controladas. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Grupo havia emitido garantias para certos bancos em relação às linhas de crédito concedidas a suas controladas.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2023		Consolidado				
Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais					
	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos	
Passivos financeiros						
Financiamentos	570.644	5.875.598	405.520	1.174.641	2.528.365	1.767.072
Debêntures	207.420	786.748	50.736	172.607	563.404	1
Arrendamentos	7.239	74.822	3.633	12.743	16.376	42.070
Fornecedores e outras contas a pagar	31.137	31.137	31.137	-	-	-
	816.440	6.768.305	491.026	1.359.991	3.108.145	1.809.143

31 de dezembro de 2022		Consolidado				
Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais					
	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos	
Passivos financeiros						
Financiamentos	596.371	900.455	75.137	168.484	279.537	377.297
Debêntures	212.492	271.887	23.026	49.521	109.789	89.551
Arrendamentos	7.966	7.966	91	320	550	7.005
Fornecedores e outras contas a pagar	50.593	50.593	50.593	-	-	-
	867.422	1.230.901	148.847	218.325	389.876	473.853

26 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre o real, (BRL) sua moeda funcional e o dólar americano (USD). A exposição decorre dos saldos de fornecedores estrangeiros atrelado ao dólar americano

Risco de taxa de juros

Decorre de a possibilidade do Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, os perfis de taxa de juros do Grupo são em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade de índices indexadores

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco:

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2023	Cenário provável 31/12/2024	Sensibilidade		
			Provável	Δ + (-) 25%	Δ + (-) 50%
Risco de aumento da taxa de juros e índices IPCA (a) (i)	4,46%	3,90%	3,90%	4,88%	5,85%
Risco de redução da taxa de juros e índices CDI (b)	11,87%	9,15%	9,15%	11,44%	13,73%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2023	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	IPCA	(570.644)	(22.255)	(27.819)	(33.383)	(16.691)	(11.128)
Debêntures	IPCA	(207.420)	(8.089)	(10.112)	(12.134)	(6.067)	(4.045)
Total		<u>(778.064)</u>	<u>(30.344)</u>	<u>(37.931)</u>	<u>(45.517)</u>	<u>(22.758)</u>	<u>(15.172)</u>
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	<u>208.512</u>	<u>19.079</u>	<u>23.849</u>	<u>28.618</u>	<u>14.309</u>	<u>9.539</u>

(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Fonte: Boletim Focus

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

- (i) O Grupo possui taxa de juros de financiamentos pré-fixados e pós fixados. A variação das taxas de juros e índices do quadro acima apresentam apenas variação do itens pós fixados.

27 Contingências

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa das empresas do Grupo Atlas, para suportar as prováveis e possíveis perdas com essas causas.

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 e 2022 contingências passivas com avaliação de risco de perda classificadas como possível, conforme segue:

- i. A Empresa é parte no processo judicial no âmbito trabalhista na qual é requerida a indenizar as partes reclamantes em R\$ 220 (R\$180 em 31 de dezembro de 2021). Os assessores jurídicos do Grupo classificam este processo como possível e diante disso, não foi reconhecida nenhuma provisão.
- ii. A Empresa Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda possui processo administrativo com classificação de perda movido pela Fazenda do Estado da Bahia referente à aplicação de multa por descumprimento de obrigações acessórias, no montante de R\$ 259.
- iii. As controladas da Companhia, do projeto São Pedro, são parte de um processo em decorrência das normas do mercado de *spot*, na qual a Companhia entende está sendo mal interpretada pela ANEEL e CCEE. Atualmente, as controladas possuem uma contingência de R\$3.493. Os assessores jurídicos do Grupo classificam este processo como possível e diante disso, não foi reconhecida nenhuma provisão.
- iv. As controladas da Companhia, do projeto Barreiras, são parte da mesma tese do processo do projeto de São Pedro, em decorrência das normas do mercado de *spot*, na qual a Companhia entende está sendo mal interpretada pela ANEEL e CCEE. Atualmente, as controladas possuem

uma contingência de R\$2.854. Os assessores jurídicos do Grupo classificam este processo como possível e diante disso, não foi reconhecida nenhuma provisão.

- v. As controladas da Empresa, do projeto Sol do Futuro, são parte de um processo em decorrência da metodologia do cálculo de tarifa TUSD, na qual as Controladas entendem como inadequado pela ANEEL. Atualmente, as controladas possuem uma contingência de R\$2.784. Os assessores jurídicos do Grupo classificam este processo como possível e diante disso, não foi reconhecida nenhuma provisão.
- vi. A controlada indireta da Companhia, Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda, possui ação com classificação de perda possível, contra o estado da Bahia, referente a autuação fiscal relativa à escrituração extemporânea de ICMS, no montante de R\$ 218 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

Não há contingências passivas avaliadas com risco de perda provável em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

28 Demonstração dos fluxos de caixa

Informações suplementares

Conforme memória de fluxo, identificamos outros movimentos que não afetaram caixa que precisam ser apresentados:

	Nota	Controladora	
		2023	2022
Distribuição de dividendos	11	6.448	25.276
Dividendos a receber	24	(6.448)	(25.276)
Outras contas a pagar	15	-	21.776
Redução de capital social	19	-	(21.776)
Dividendos a pagar	24	22.733	-
Distribuição de dividendos	19.d	(22.733)	-

	Nota	Consolidado	
		2023	2022
Outras contas a pagar	15	-	21.776
Redução de capital social	19	-	(21.776)
Contas a receber	9	30.655	-
Provisão de ressarcimento	17	(30.655)	-
Passivo de arrendamento	14	594	-
Direito de uso	14	(594)	-
Dividendos a pagar	24	22.733	-
Distribuição de dividendos	19.d	(22.733)	-

29 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos do Grupo para os anos subsequentes

	2024	2025	2026	2027	2028 a 2038	Total
CUST/TUSD (a)	(19.796)	(20.494)	(21.269)	(22.078)	(305.756)	(389.392)
Seguros e garantias (b)	(2.080)	(2.148)	(2.126)	(2.195)	(28.249)	(36.798)
Compra de Energia (c)	(4.393)	(905)	(340)	(351)	(5.438)	(11.427)
Contratos de (O&M) (d)	(12.402)	(13.254)	(13.712)	(14.180)	(176.725)	(230.274)
Arrendamento (e)	(3.633)	(4.072)	(4.264)	(4.407)	(58.446)	(74.822)
Outros (f)	(11.426)	(12.220)	(14.050)	(14.605)	(202.665)	(254.967)
Total	(53.730)	(53.093)	(55.761)	(57.816)	(777.279)	(997.680)

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, o Grupo irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2024 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025 (julho/23 a junho/24) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2024 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024.

b) Seguros e garantias

O Grupo possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

c) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

O Grupo possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

O Grupo possui contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes à utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros

O Grupo possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas *intercompany*, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *